

## **ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER NO APL DE METAIS SANITÁRIOS DO PARANÁ**

**Joyce Allane Apolinário Ferreira – Mestranda da Universidade Estadual de Maringá**

joyce\_allane@hotmail.com

### **RESUMO**

A partir da década de 1990 pesquisadores das áreas de economia e geografia tem destacado a importância dos Arranjos Produtivos Locais – APLs para o desenvolvimento local. A implementação da política dos arranjos produtivos locais no Brasil nasce em meio ao processo de descentralização política, onde tem-se a valorização da escala local, que passou a ser vista como o local propício para o desenvolvimento. O sistema de gestão dos APLs é chamado governança. A governança estabelecida no território do APL forma uma rede de relações entre diferentes atores, como por exemplo, as instituições públicas e privadas, o poder político municipal e o próprio poder econômico (empresas do APL). Considerando que as relações de poder se estabelecem dentro de um determinado território, sendo o APL de Metais Sanitários o território de análise desse trabalho é importante tentar entender, mesmo que ainda superficialmente, as relações que nele se estabelecem. Para tanto se utilizou da revisão de literatura e de trabalhos de campo com aplicação de questionários.

**PALAVRAS-CHAVE:** APL, descentralização e poder.

### **INTRODUÇÃO**

A partir da década de 1990 os arranjos produtivos locais (APLs) tornaram-se um tema importante na literatura econômica e, principalmente, nas diretrizes das políticas de desenvolvimento. No entanto, ainda existe grande dificuldade para encontrar uma definição precisa para o conceito.

Em geral, um Arranjo Produtivo Local (APL) consiste em um aglomerado de pequenas e médias empresas, com capacidades relacionadas ou afins, que apresentam uma especialização produtiva.

Segundo Suzigan (2004), as aglomerações geográficas e setoriais de empresas apresentam potencial do ponto de vista de políticas de desenvolvimento regional/local e também de políticas industriais. E diante disso tem sido objeto de estudo e de medidas de políticas públicas no Brasil.

No entanto para entender a origem e evolução das políticas públicas para os Arranjos Produtivos Locais no Brasil, é necessário compreender o quadro econômico e a política industrial dos vários processos históricos pelos quais passaram o capitalismo<sup>1</sup>, onde as atividades produtivas aglomeradas de pequenas e médias empresas passaram de uma posição secundária, para uma posição central no debate econômico atual.

Diante disso, nos dias atuais, vê-se na literatura econômica um crescente interesse pelas discussões acerca destas aglomerações. Para Costa (2007), essa “onda” foi embalada pelas transformações vivenciadas pela sociedade contemporânea através da transição do antigo paradigma fordista-keynesiano para um novo regime de acumulação – o toyotismo.

De acordo com Costa (2007, p. 1) essa mudança, “acabou por colocar as aglomerações de pequenas e médias empresas no centro do debate contemporâneo do planejamento regional e urbano e da Economia Industrial”. Esse processo ocorre a partir década de 1970, como destaca o mesmo autor na p. 99:

*A transição para o Regime de Acumulação Flexível, feita em parte por meio da implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas, suscitou o desenvolvimento de um novo marco teórico acerca do planejamento de desenvolvimento regional e urbano que se propõe e dar respostas adequadas às novas questões que ora se impõem. Até então, a Alta Teoria do Desenvolvimento tinha norteado as ações públicas principalmente dentro da manipulação de grandes complexos industriais, compostos por indústrias motrizes e movidas, dentro do marco do Regime de Acumulação Fordista, influenciando significativamente as formulações de políticas de desenvolvimento e de reordenamento espacial desde meados da década de 1940 até meados da década de 1970. Todavia, com as transformações sistêmicas do último quartel do Século XX e com o insucesso do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, estes corpos analíticos passam a ser paulatinamente substituídos por um novo corpo de teoria que procurava ser mais coerente com os “novos tempos”, tempos da globalização e neoliberalismo, de enfraquecimento do Estado-nacional, de ocaso das políticas de desenvolvimento regional e de ascensão do federalismo competitivo.*

Sendo assim, se até a década de 1970 as aglomerações de pequenas e médias empresas eram colocadas em uma situação secundária, a partir daí, elas

---

<sup>1</sup> Ver: Costa (2007).

passaram a ser vistas em uma posição central no debate econômico. É, portanto, com essas transformações, como também da utilização das ideias da Teoria do Desenvolvimento Endógeno nas políticas industriais, que o apoio e desenvolvimento de APLs no Brasil tem ganhando espaço.

Cabe destacar também, que em função do sucesso da experiência dos Distritos Industriais da Terceira Itália<sup>2</sup> e Vale do Silício na Califórnia, observa-se no país um interesse pelas aglomerações de pequenas e médias empresas, com tentativas de implementação destas experiências em território nacional.

Diante das diversas nomenclaturas que estavam sendo utilizadas (distritos, parques tecnológicos, clusters, entre outros), tentando criar uma alternativa para esta questão, no final da década de 1990, surge o termo Arranjo Produtivo Local, ou simplesmente APL. Para Costa (2007, p. 3) ele surge “como uma espécie de termo ‘guarda-chuva’ capaz de abrigar uma ampla diversidade do fenômeno”.

Foi dessa forma que no Brasil, a partir da década de 1990, passou-se a utilizar cada vez mais o termo Arranjo Produtivo Local como estratégia de desenvolvimento local/ regional, e diante disso, os APLs ganham destaque na agenda de políticas públicas no país.

Nesse sentido, devemos esclarecer, desde já, que o sistema de gestão dos APLs é chamado governança. A governança estabelecida no território do APL forma uma rede de relações entre diferentes atores, como por exemplo, as instituições públicas e privadas, o poder político municipal e o próprio poder econômico (empresas do APL).

Considerando que as relações de poder se estabelecem dentro de um determinado território, tomamos o APL de Metais Sanitários como território de análise, com o objetivo de entender, mesmo que ainda superficialmente, as relações de poder que nele se estabelece.

O caminho para desenvolvimento desse trabalho iniciou-se pela busca de literatura para elaboração do referencial teórico. Assim utilizou-se da leitura de livros e artigos que discutem a temática, sendo os principais autores, Costa (2007), Cassiolato

---

<sup>2</sup> São exemplos clássicos de aglomerações industriais de pequenas e médias empresas. A Terceira Itália compreende a região dos distritos industriais da Emília-Romagna na Itália, que é uma microrregião da Itália Setentrional, que engloba também as microrregiões de Vêneto, Trentino, Friuli-Venezia, Giulia, Toscana, Marche, e parte da Lombardia. Esta região é internacionalmente conhecida como Terceira Itália. Apresenta aglomerações de pequenas e médias empresas de setores tradicionais denominados de Distritos Industriais Italianos, ou de Distritos Industriais Marshallianos, por apresentarem características descritas por Alfred Marshall (COSTA, 2007).

e Lastres (2003), Suzigan (2006) e (2004), Santin e Flores (2006), Raffestin (1999) e Castro (2011). Num segundo momento e também simultaneamente as leituras, foram realizados trabalhos de campo nos municípios que compõem o APL de Metais Sanitários. Estes constituem os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho.

O artigo está organizado a partir de cinco partes, incluindo esta introdução. A primeira – item 1 - apresenta uma abordagem do termo federalismo no Brasil, que tem como uma das principais características a descentralização política e administrativa, com isso percebe-se uma valorização da escala local (entendido como o município). Na sequência – item 2 - é feito uma abordagem sobre o conceito de APL e uma apresentação de como se constituíram os APLs no Brasil e no Paraná. Os resultados referem-se as informações de campo sobre o APL de Metais Sanitários. E a última parte está reservada as considerações finais.

### **Federalismo, descentralização política e valorização da escala local**

Diante do quadro econômico do capitalismo discutido na introdução, vale lembrar que no período em que são constituídas políticas para os arranjos produtivos locais no Brasil, o país vive um processo de descentralização<sup>3</sup> política, que consiste no processo de redistribuição de poder.

Segundo Santin e Flores (2006) com a promulgação da Constituição Federal de 1891 o Brasil adotou o federalismo como forma de Estado. O Estado Federal brasileiro elevou os municípios à parte integrante da federação, facilitando a “descentralização da prestação de serviços” (SANTIN e FLORES, 2006, P. 56) com o objetivo de aproximar o poder público da população.

O federalismo pode ser entendido como a forma de Estado, denominada federação, onde há a união de coletividades públicas dotadas de autonomia. E difere-se do Estado Unitário, porque neste há a centralização das leis e da gestão dos serviços e apenas um ente público gere e controla as decisões do território (SANTIN e FLORES, 2006).

---

<sup>3</sup>**Descentralização** é quando o Estado transfere os serviços públicos a entidades autônomas ou autarquias, distintas do Estado. **Centralização** é quando o Estado administra diretamente os serviços públicos (SANTIN, 2007).

No Estado Federal cabe aos estados membros, dotados de autonomia editar suas próprias leis, representar e defender seus interesses perante a União, única detentora de soberania (atributo que confere ao poder do Estado).

Uma das principais características do Estado federal é a descentralização, política e administrativa, dessa forma a União não detém para si todas as atribuições do Estado como um todo. Ou seja, existe uma repartição de atribuições entre União, os Estados membros e os Municípios – essa repartição de tarefas é entendida como a descentralização do poder político (SANTIN e FLORES, 2006).

Devido aos vários momentos políticos, econômicos e sociais vividos pelo Brasil, as várias Constituições ora abordavam o tema federalismo, ora o extinguiu. No entanto, com a atual Constituição Federal de 1988, o princípio do federalismo volta a aparecer e, o município aparece como parte integrante da Federação.

Para Farranha et. al. (2006, p. 130) “a Constituição Federal de 1988 alterou significativamente o papel do poder local na estrutura jurídico - política brasileira”, uma dessas alterações diz respeito à ampliação da autonomia municipal. Ou seja, com a Carta Constitucional de 1988 o município passa a ter maior *status* político, maior poder.

Assim, com a descentralização política assistimos a uma crescente transferência de responsabilidades do governo nacional para os governos locais, impulsionando uma valorização do local. Com isso o município tem ocupado um papel de destaque na promoção do desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, torna-se necessário discutir o poder do próprio ambiente no qual essas mudanças ocorrem, isto é, o *local* entendido por Daniel (1988) como referente à esfera municipal.

As análises do local e das novas relações de poder construídas nesse espaço estão em evidência, permitindo que novos conceitos do que seja o local e o poder local sejam formulados.

Para Fischer (1993) o poder local não se reduz a apenas essa dimensão (município), pois o local não significa necessariamente um espaço físico determinado e delimitado geograficamente. Mas, constitui-se num conjunto de redes sociais que se articulam em torno de interesses, estabelecendo relações de poder.

Sobre as relações de poder, Raffestin (1993, p.52) explica que “o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares”. Ele é a “parte intrínseca de toda relação”, pois ele se manifesta por ocasião da relação, por um processo de troca ou de comunicação, entre dois pólos em um campo, denominado campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

As relações de poder se estabelecem dentro de um determinado território, que pode ser entendido como “o espaço onde se projetou trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para Silva (2008, p. 76) essas relações se sustentam e existem por meio de atores como o Estado e os “grupos de interesses (elites, partidos políticos, empresas e outros) vinculados ou não ao mesmo”, onde as situações de poder ora favorecem a um grupo, ora a outro.

### **Arranjos produtivos locais: conceito e origem no Paraná**

As discussões sobre o processo de desenvolvimento estão considerando cada vez mais a importância do contexto local. Em meio à valorização dessa escala (local), que passou a ser vista como propícia para o desenvolvimento, são implementados projetos de APL em vários territórios do país, com o objetivo de dinamizar a economia desses lugares.

Para sintetizar o termo, um Arranjo Produtivo Local consiste em um aglomerado de empresas com capacidades relacionadas ou afins, com portes variados, que apresentam alguma especialização produtiva.

Na literatura podemos encontrar diversas experiências de aglomerações industriais de empresas, destacando-se entre os exemplos clássicos, o complexo industrial de alta tecnologia do Vale do Silício, na Califórnia e os distritos industriais da Terceira Itália.

O conceito de distrito industrial foi introduzido por Alfred Marshall em sua obra “Princípios de Economia” (1890), onde o autor estudou aglomerações de empresas da Inglaterra do final do século XIX. Nesse sentido, “utilizando as idéias de Marshall, Becattini (1979) atualiza a definição de distrito industrial, ao pesquisar a experiência italiana” (HASENCLEVER; ZISSIMOS, 2006, p. 414).

Segundo Suzigan (2006, p. 5), o trabalho realizado por Marshall sobre os distritos industriais ingleses “inspirou uma extensa literatura voltada à compreensão das aglomerações de pequenas firmas reunidas geograficamente”. Assim, desde os anos 1970, a partir das ideias de Marshall, autores italianos têm liderado estudos mais recentes sobre os distritos industriais italianos. Ancorado no sucesso comercial das empresas dos distritos industriais Italianos e no Vale do Silício, nas décadas de

1980 e 1990, o conceito de APL foi se consolidando para denominar determinados tipos de aglomeração de empresas. Dessa forma “o conceito APL foi criado tendo como paradigma e meta de política essas duas experiências históricas” (SANTOS et. al., 2004, p. 156). Segundo Cassiolato e Lastres (2003, p. 3 e 4) os Arranjos Produtivos Locais são:.....

*[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente envolvem a participação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.*

Portanto pode-se dizer que APL é um aglomerado de um número significativo de empresas que desenvolvem uma mesma atividade produtiva, sendo caracterizados por uma rede de atores políticos e econômicos, que garantem a governança desse território e tem por objetivo promover o desenvolvimento local.

Alguns conceitos de APL têm destacado a importância da aglomeração, da cooperação e a presença de pequenas ou médias empresas concentradas espacialmente próximas da cadeia produtiva.

Os autores mostram algumas condições necessárias para a definição de APL e as vantagens competitivas locais mínimas e as principais para essa conceituação, dentre elas está: a localização a cooperação, a concentração espacial da produção e conhecimento tácito.

Cabe destacar que as aglomerações industriais, como é o caso dos APLs, são cópias de modelos de países centrais, e uma vez praticados em países periféricos, como o Brasil, sem considerar as particularidades do país, podem não gerar os mesmos resultados em termos de desenvolvimento econômico local.

Costa (2007) ao estudar as políticas públicas e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em regiões periféricas, considera que é a partir das experiências históricas de aglomerações industriais, que na América Latina, especialmente no Brasil, tenta-se “copiar” as sucedidas experiências, não tomando as devidas mediações. Embarcam no modelo, como se “fossem a ‘panacéia’ para a superação do

subdesenvolvimento e para a entrada nesta nova era, ignorando-se os históricos entraves estruturais da periferia” (COSTA, 2007, p. 61).

“Copiando” os modelos clássicos de aglomerações, sobretudo as da Terceira Itália, a partir da década de 1990, são construídas políticas públicas no Brasil com o objetivo de apoiar os APLs. A adoção generalizada do termo levou à inclusão dos APLs como prioridade do governo federal, destacando-os nos seus Planos Plurianuais desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013.

Para apoiar o desenvolvimento desse tipo de aglomeração econômica foi criado em 2004 o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL)<sup>4</sup>, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

No ano de 2004 o GTP-APL realizou um trabalho de identificação dos APLs no país, com a ajuda das informações prestadas pelas instituições integrantes do grupo, onde se verificou a presença de 460 arranjos. Em 2005 foi realizado um novo levantamento que identificou 957 arranjos. Desses, 83 encontrava-se na região sul.

No Paraná, as políticas de apoio aos APLs surgem em conformidade com as políticas de desenvolvimento regional adotadas em nível federal. Assim a partir das ações do Plano Plurianual (2004-2007) do Estado do Paraná, é colocada a necessidade da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) promover o desenvolvimento de APLs no Estado.

Em dezembro de 2004 foi firmado um acordo de cooperação entre o governo do Estado do Paraná, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) formalizando a intenção desta política estadual...

A partir de março de 2005 a SEPL e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) passam a coordenar o projeto<sup>5</sup> “Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná”. O principal objetivo desse projeto é subsidiar tecnicamente as ações da Rede Paranaense de

---

4 Uma das finalidades do GTP-APL é identificar os APLs existentes no país e definir critérios de ação conjunta governamental para apoio e fortalecimento de arranjos produtivos locais.

5 O projeto foi realizado em cinco etapas. A execução contou com a orientação técnico-metodológica dos professores Wilson Suzigan (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), João Furtado (Universidade de São Paulo - USP) e Renato de Castro Garcia (USP), especialistas na área de política industrial



Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – Rede APL<sup>6</sup> Paraná, por meio da realização de estudos, pesquisas e da organização de informações a respeito das aglomerações produtivas existentes no Paraná, destacando-se aquelas com características específicas de APL (IPARDES, 2006). Para realização desse projeto a SEPL e o IparDES seguindo as orientações metodológicas propostas por um grupo de professores, realizaram pesquisas de campo nas diversas regiões do Paraná, onde como resultados foram gerados vários documentos e relatórios, bem como o mapeamento dos APLs no Paraná.

O resultado final do projeto de caracterização dos APLs validou 22 aglomerações<sup>7</sup>, distribuídas por várias regiões do Paraná.

Dentre os APLs validados encontra-se o Arranjo Produtivo Local de Metais Sanitários de Loanda e Região, formado por empresas dos municípios de Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e São Pedro do Paraná. Devido à elevada importância para a economia local, esse arranjo foi caracterizado como um Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional (NDSR), pois ele reúne as aglomerações que se destacam, quer pela importância para uma dada região, quer pela sua importância para o setor de atividade econômica no Estado (IPARDES, 2006a).

Portanto, já a partir da década de 1990, observam-se muitas iniciativas no que se referem a políticas públicas que buscam apoiar as aglomerações produtivas.

## RESULTADOS

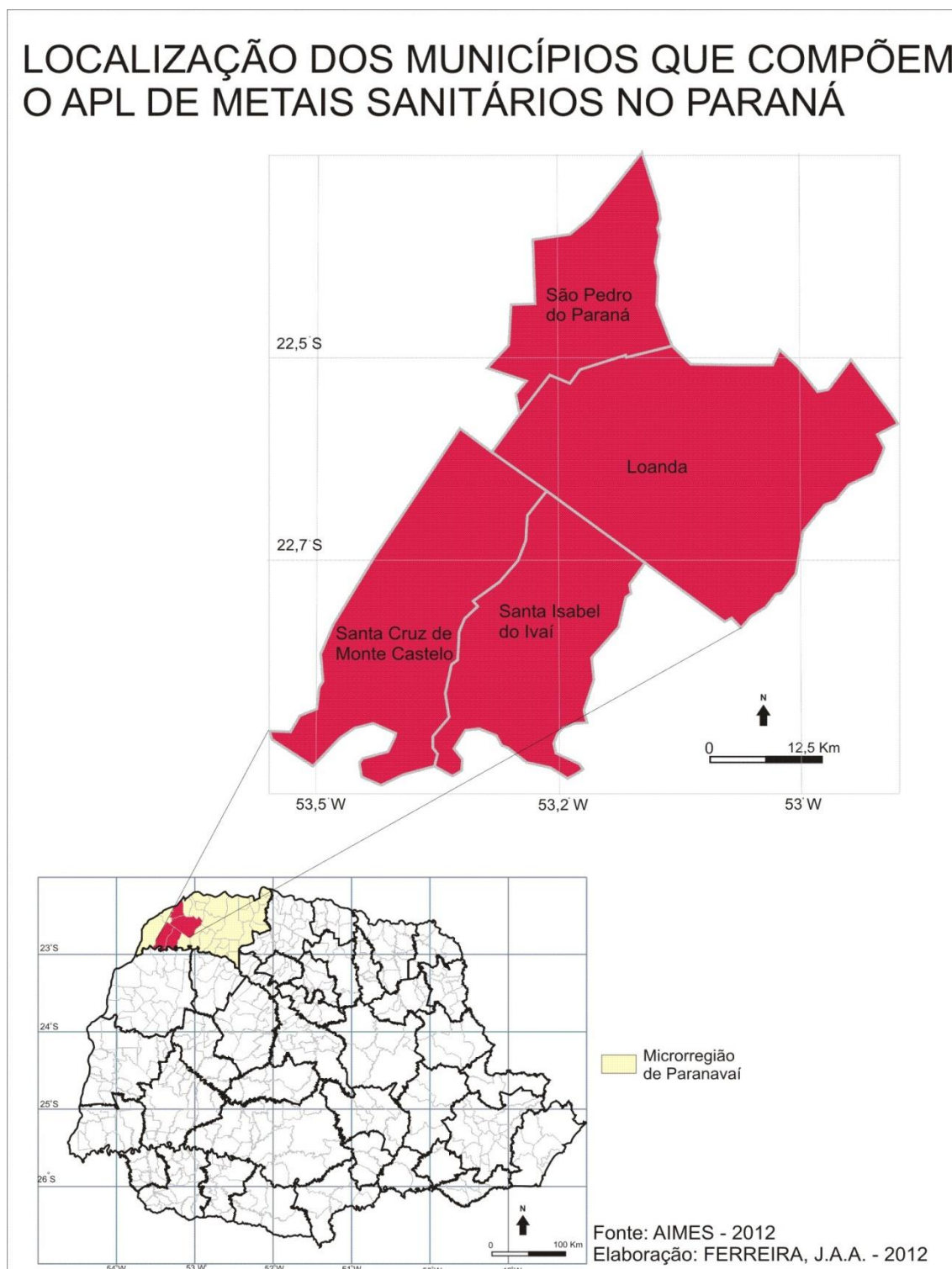
O Arranjo Produtivo Local de Metais Sanitários do Noroeste do Paraná, localizado na microrregião geográfica (MRG) de Paranavaí, é formado por empresas dos municípios de Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e São

---

<sup>6</sup>A Rede APL Paraná é integrada pelas seguintes instituições: SEPL; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI); Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM); Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR); IPARDES; Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR); Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES); Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e o Sistema FIEP, representado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL-PR) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Banco do Brasil; Bradesco; Curitiba S.A.; Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP). Informações sobre a Rede podem ser obtidas no sítio [www.redeapl.pr.gov.br](http://www.redeapl.pr.gov.br).

<sup>7</sup>As demais aglomerações pré-selecionadas não foram validadas como APLs por não atenderem no presente momento, às características básicas de APLs.

Pedro do Paraná (mapa 1). No total são 46 empresas vinculadas a Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda.



As empresas são representadas localmente pela Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região Agência de Desenvolvimento Regional também

designada pela sigla AIMES – ADR. A partir de visitas de campo realizadas a essa instituição verificou-se a presença de 46 empresas associadas (tabela 1).

**Tabela 1:** Empresas associadas à AIMES que realizam todo processo produtivo

MUNICÍPIO	QUANTIDADE	TODO PROCESSO
Loanda	35	14
Sta. Cruz de Monte Castelo	2	1
Sta. Isabel do Ivaí	7	2
São Pedro do Paraná	2	2
TOTAL	46	19

**Fonte:** AIMES, 2012 e trabalho de campo

**Org.** Joyce Allane Apolinário Ferreira

Do total de empresas associadas, 19 realizam todo o processo de produção (macharia, fundição, usinagem, polimento, cromação, montagem e expedição). Dessas, 01 encontra-se em Santa Cruz de Monte Castelo, 02 em São Pedro do Paraná, 02 em Santa Isabel do Ivaí e 14 em Loanda.

Na governança do APL de Metais Sanitários, atuam o Sistema FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná; IEL – Instituto Eduvaldo Lodi; SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Paranavaí); SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Paranavaí), MDIC – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio e AIMES - ADR – Associação das Indústrias de Metais Sanitários de Loanda e Região – Agência de Desenvolvimento Regional.

Os municípios deste arranjo reúnem uma população de 40.543 habitantes, o que representa cerca de 0,3% da população do Paraná. Destes, cerca de 2800 encontram-se ocupadas no setor de metais sanitários. Verifica-se nos municípios do arranjo, assim como na maioria dos municípios paranaenses, uma presença maior da população urbana em relação à rural.

Nesse sentido, cabe destacar que o crescimento do APL de Metais Sanitários nos últimos anos, permitiu o destaque da produção deste arranjo em nível estadual e nacional. O que faz dele hoje o segundo maior arranjo produtivo desse setor no país. Com isso observa-se, principalmente em Loanda, que é o maior município do arranjo em população e número de empresas, uma inversão da elite econômica local, de agrária para urbano industrial.

Com o crescimento industrial no município, os tradicionais grupos familiares rurais perderam destaque no poder local e, agora se vê ascender uma nova elite econômica, a elite industrial do setor de metais sanitários.

Os municípios que compõem o APL foram criados no início dos anos de 1950, no contexto das últimas frentes de expansão da cafeicultura no Paraná. Com a expansão da urbanização do Noroeste paranaense, decorrente da crise cafeeira nos anos 1970, e o início da implantação de serviços públicos de saneamento básico, um empresário paulista (Salvador Duarte Casado) percebeu uma nova oportunidade de mercado na produção de torneiras para atender à demanda emergente da região (IPARDES, 2006a). Assim ele montou a primeira empresa do seguimento (Metais Imperatriz) no município de Loanda.

O quadro abaixo mostra a origem das empresas de metais sanitários, por ano, municípios e a origem do capital.

Empresas	Ano de fundação	Município	Origem do capital
Imperatriz	1980	Loanda	Atividades comerciais
Delta Metais	1988	Loanda	Venda de partes da Imperatriz
Real Metais	1988	Loanda	Venda de transporte de carga
Pevilon	1988	Santa Isabel do Ivaí	Agropecuária
Mazali & Leão	1989	Loanda	Industrial (ex funcionária)
Talita Metais	1989	Loanda	Venda de comércio (pastelaria) e propriedade rural
Águia Metais	2001	São Pedro do Paraná	Venda de comércio (empresa de boliche) e propriedade rural
Metais Rainha	2003	Santa Cruz de Monte Castelo	Industrial
Campeã Metais	2004	Loanda	Empresa de transportes
Marchezan Metais	2004/1	Santa Isabel do Ivaí	Agropecuária
Silva Metais	2005	Loanda	Venda de comércio
Pestana	2007	São Pedro do Paraná	Industrial (início venda de comércio de boliche e propriedade rural)
Supremo	2007	Loanda	Comercial
Longhi	2010	Santa Cruz de Monte Castelo	Industrial

**Quadro 1:** APL de Metais Sanitários - Principais empresas quanto ao ano de fundação e origem do capital

**Fonte:** AIMES (2012) e trabalho de campo (2012).

**Org.:** Joyce Allane Apolinário Ferreira.

Observa-se que a empresa pioneira, Imperatriz, nasce no ano de 1980 e logo após a sua criação, houve a criação da Delta Metais e Real Metais em 1988, ainda sobre orientação de Salvador. No final da década de 1990, há a abertura de novas empresas em Loanda como também em Santa Isabel do Ivaí, com a constituição da Pevilon, no ano de 1998. Nos demais municípios do APL, São Pedro do Paraná e Santa Cruz de Monte Castelo, essa iniciativa é tida em 2001 e 2003, respectivamente.

Conforme quadro 1, no que se refere a origem do capital, verifica-se que os investidores no setor dos metais sanitários são na maioria comerciantes, ou seja, não tinham conhecimento na área de metalurgia quando iniciaram suas atividades. Esse conhecimento foi sendo adquirido pela prática.

Ainda hoje esse fato reflete-se no local e constitui-se em um dos principais problemas do arranjo, a falta de mão-de-obra qualificada para a produção dos metais sanitários. Todos os municípios do APL ofertam cursos nos níveis fundamental e médio, porém em Loanda há a oferta de cursos profissionalizantes e de nível superior, estes últimos por meio da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná (Facinor). No entanto, nenhum dos cursos é relacionado a área de metais sanitários.

Devido a carência de mão-de-obra qualificada, e a ausência de um local específico para qualificação, os empresários fazem o treinamento de seus funcionários no próprio ambiente de trabalho.

Quando perguntamos<sup>8</sup> aos empresários sobre as principais formas de treinamento oferecidas aos funcionários, seis empresários responderam que oferecem treinamento aos seus funcionários “na empresa, fora do processo de trabalho”. E apenas quatro empresários responderam que realizam os treinamentos na empresa e instituições especializadas. Ao responderem, eles se queixavam da existência de treinamento local para os funcionários, como uma escola de curso técnico.

É importante salientar que embora falte mão-de-obra qualificada para os trabalhos no APL, alguns empresários, responderam que um dos motivos que os fizeram instalarem uma empresa foi à existência de mão-de-obra qualificada. Verifica-se a partir desta informação que estes empresários abriram suas empresas na expectativa de ter mão-de-obra qualificada, mas se depararam com a ausência dela.

---

<sup>8</sup> Os questionários foram aplicados a 10 empresários das empresas do APL.

Sob a perspectiva de governança o SENAI de Paranavaí oferece cursos de capacitação e profissionalização às empresas do APL de Metais Sanitários por meio da AIMES.

Das ações realizadas para o APL pelas prefeituras municipais, destacam-se a concessão de terrenos para a instalação das fábricas, construção de barracões, isenção de impostos como IPTU e pavimentação de vias. Essas ações foram verificadas no início da constituição do APL, como forma de incentivar o desenvolvimento industrial para a geração de emprego e renda nessas pequenas cidades.

Durante a pesquisa percebeu-se que os empresários esperam ações de melhoria da prefeitura no APL, o que se torna difícil, pois estes municípios sobrevivem, sobretudo, de impostos do governo federal, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além disso, alguns prefeitos bem como alguns empresários, ao verem o termo APL diziam que era assunto da AIMES, parecendo não entender que as empresas são parte integrante do arranjo. Ao mesmo tempo em que pareciam não entenderem o conceito, entendiam as possibilidades que o APL lhes trouxe. Para os representantes do poder executivo municipal, quando questionados sobre “De que maneira as empresas que integram o APL de Metais Sanitários do Paraná, contribuem para o desenvolvimento local?”, elas contribuem para a geração de emprego e renda. Mesmo diante dessa resposta, um deles declarou ser pouca a arrecadação de impostos em relação à produção das empresas do município.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sendo assim foi possível observar que as relações de poder no APL são estabelecidas por diversos atores, instituições públicas (Ipardes, MDIC...) ou privadas, empresários e ou políticos (prefeitos e deputados).

E que há uma difícil relação entre a entidade local que representa o APL com o poder político municipal. Em um dos municípios percebeu a difícil relação entre prefeitura e empresas de metais sanitários, onde um dos empresários locais mostrou interesse na política partidária local ao cargo de executivo, porém com a divulgação das candidaturas pelo Tribunal Regional Eleitoral isso não ocorreu. Além disso, verificou-se que como crescimento do arranjo, os tradicionais grupos familiares rurais

perderam destaque no poder local e, agora se vê ascender uma nova elite econômica, a elite industrial do setor de metais sanitários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helela M.M. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. RedeSist. 2003.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Políticas Públicas e do Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais em Regiões Periféricas**. 2007. 823p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

DANIEL, Celso. **Poder local no Brasil urbano**. Revista Espaços & Debates. São Paulo: Cortez, n. 24, p. 26-39, 1988.

FARRANHA, Ana Claudia; ALMEIDA, Fernando Mariano; FERRARI, Flávia Bergamin; BARROSO, Thereza Raquel. **Poder local: elementos para uma reflexão inicial**. Depoimentos: Revista de Direito das Faculdades de Vitória, n. 8, 2006.

FISCHER, Tânia. **Poder local: um tema em análise**. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 4, 1992, p. 105-113.

HASENCLEVER, Lia; ZISSIMOS, Isleide. **A evolução das configurações produtivas locais no Brasil: uma revisão de literatura**. Estud. Econ. P. 407-433, julho-setembro, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Paraná. Disponível em: [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=41](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41). Acesso em: 15 de agosto de 2011.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjo produtivo local de metais sanitários de Loanda e região: estudo de caso**. Curitiba, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTIN, Janaina; FLORES, Deborah Hartmann. **A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade**. Revista: JUST. DO DIREITO PASSO FUNDO V. 20 N. 1 P. 56-69 2006.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão; DINIZ, José Eduardo; BARBOSA, Eduardo Kaplan. **Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 11, N. 22, P. 151-179, DEZ. 2004.

SILVA. Márcia. **PoderLocal: conceito e exemplos de estudos no Brasil**. Revista: Sociedade & Natureza, Uberlândia, p. 69-78, dezembro de 2008.

SUZIGAN, Wilson; Furtado, João; GARCIA, Renato; SAMPAIO, Sérgio. **Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas**. Revista de Economia Política, vol. 24, nº4, outubro-dezembro, 2004.

SUZIGAN, Wilson. **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Diretoria de Estudos Setoriais – DISET. Outubro, 2006.